



O Papel da Contabilidade como Instrumento de Educação Financeira: Uma Revisão Bibliográfica

Área Temática: Temas Livres em Gestão, Atuária e Contabilidade Geral – TEM
DOI: <https://doi.org/10.29327/1680956.11-95>

Graziele de Azevedo Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
grazieleazvd@gmail.com

Deylane Freitas Fontes Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
deylane.junior.129@ufrn.edu.br

Marcelle Cavalcante de Melo

Universidade Potiguar - UNP
marcellemelo18@gmail.com

Luziana Maria Nunes de Queiroz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
luziana65@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as vertentes teóricas da contabilidade no contexto do controle financeiro e do endividamento. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram consultadas bases de dados relevantes, como SciELO, ResearchGate, PubMed e LILACS, com descritores específicos: "endividamento brasileiro," "gestão e controle financeiro," e "impacto da contabilidade no financeiro." A pesquisa foi realizada principalmente em língua portuguesa, dada a ampla disponibilidade de estudos sobre o tema. Foram selecionados artigos, teses e documentos recentes, diretamente relacionados aos descritores de busca, priorizando dados atuais e relevantes. Os resultados indicam que o endividamento no Brasil resulta de múltiplos fatores, desde escolhas de consumo individuais até diversos fatores externos, como disponibilidade de crédito, assim configura-se como um fenômeno complexo de difícil resolução. Além disso, constatou-se que a contabilidade possui um papel crucial na gestão financeira, podendo atuar como uma ferramenta valiosa para controle e organização. No entanto, há barreiras significativas que dificultam o acesso ao conhecimento contábil por parte das pessoas mais afetadas pelo endividamento, limitando o alcance dos benefícios dessa ciência.

Palavras-chave: Gestão financeira. Educação financeira. Finanças pessoais. Endividamento.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil e sua diversidade econômica proporcionam diversos modelos de gestão financeira a nível empresarial e também familiar/pessoal, tal diversidade configura vários desafios para implementar uma gestão financeira eficiente, visto que boa parte da população está comumente acostumada a não aplicar a contabilidade nos seus negócios, sejam individuais ou coletivos.

Em sua maioria, a classe familiar é uma das mais afetadas com a falta de uma estrutura financeira. Em países considerados desenvolvidos há registros de grande endividamento privado, segundo Zabai (2017), a exemplo disso, aponta-se para a situação na Suíça, o qual apresenta endividamento acima de 120% do Produto Interno Bruto (PIB). Em países sub desenvolvidos, onde o Brasil se encontra, tem-se o caso de crescimento de famílias endividadas, como é o caso da Argentina e Chile.

Em adição, o Brasil registra casos de crescimento em relação às dívidas, pois, segundo Ferreira (2023), 8 em cada 10 famílias brasileiras têm algum tipo de dívida com o Sistema Financeiro Nacional, ainda cita que: Em 2010, quando a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) começou a ser apurada, o percentual de famílias endividadas era de 57%, saltando para aproximadamente 78%, em 2022 (Furlan, 2023).

Como consequência, o assunto de controle e gestão financeira se torna alvo de aprendizado. A educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população. Nas últimas décadas, três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. Isso levou os países desenvolvidos a reduzirem o escopo e o dispêndio de seus programas de seguridade social, ou seja, houve o rompimento do paradigma paternalista do Estado (Savoia; Saíto; Santana, 2007).

Além disso, a educação financeira vai além de programas formais de ensino; trata-se de um processo contínuo que envolve o desenvolvimento de hábitos, atitudes e conhecimentos para lidar com o dinheiro de forma consciente, independentemente do ambiente escolar. No Brasil, uma tentativa de mapear trabalhos nesta área identificou instituições, ações e conteúdos dirigidos a adultos consumidores ou interessados em produtos comercializados pelo sistema financeiro. Nesses casos, eram as próprias instituições que forneciam materiais informativos e desenvolviam atividades de cunho educativo. Configuração semelhante deve estar na origem de uma diferenciação feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre educação financeira e proteção ao consumidor, quando esta organização realizou levantamento de iniciativas em diferentes países. Via de regra, a proteção ao consumidor trata de oferta de informação no plano da legislação e regulação que garante padrões de atendimento e salvaguarda aos clientes dos serviços (Cunha, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da contabilidade como ferramenta de controle financeiro e sua relação com a redução do endividamento familiar e pessoal, destacando a relevância da educação financeira como instrumento de transformação social e de conscientização econômica.

Nesse contexto, a integração entre educação financeira e contabilidade surge como uma estratégia relevante para a mitigação do endividamento e para a promoção de uma gestão financeira mais eficaz. A contabilidade, quando aplicada de forma acessível e adaptada à realidade das famílias e pequenos negócios, pode fornecer instrumentos práticos de acompanhamento financeiro, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões conscientes. Além disso, ao desenvolver habilidades de controle financeiro, a população passa a compreender a importância de registrar e analisar suas receitas e despesas, possibilitando a construção de uma relação mais equilibrada com o crédito e reduzindo a vulnerabilidade ao superendividamento. Essa conscientização, aliada ao acesso a informações claras e orientações seguras, contribui para a formação de cidadãos financeiramente mais responsáveis e preparados para lidar com os desafios econômicos impostos pela realidade do país.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Noções sobre endividamento financeiro

O processo de endividamento não é simples como parece, apesar de uma condição que se estabelece como constante no Brasil, diversos são os fatores que possibilitaram os brasileiros a terem condição de adquirir mais poderes de consumo e estar na condição de devedor.

De acordo com Vaz e Hoffmann (2021), nas últimas décadas, o Brasil vivenciou um modelo de crescimento caracterizado por alguns autores como de consumo de massas. É fato que entre 2004 e 2010, o incremento na renda familiar, combinado com a redução da desigualdade em sua distribuição, permitiu considerável expansão do mercado consumidor doméstico. Mesmo quando o crescimento econômico arrefeceu, entre 2011 e 2014, a continuidade nos processos de redistribuição de renda e redução da pobreza e o maior acesso ao crédito possibilitaram à população de diferentes estratos de renda desfrutar de um padrão de consumo mais diversificado (Vaz; Hoffmann, 2021).

Ainda no mesmo tópico, Kerstenetzky *et al.* (2016) destaca que o aumento do poder de compra das famílias foi impulsionado, ainda, pela forte expansão da oferta de crédito à pessoa física, para a qual contribuíram: a mudança de estratégia das instituições bancárias, que identificaram no novo contexto econômico ganhos potenciais nos empréstimos a famílias; a flexibilização regulatória, com a autorização do consignado a todos os empregados e aposentados; e a expansão do crédito direcionado imobiliário.

Além desses pontos importantes, também é necessário frisar que ao longo do tempo, a mulher começa a ocupar um papel importante na questão econômica. A consideração das famílias e seus diferentes arranjos, bem como seu tamanho, são fundamentais no estudo da situação socioeconômica da população. A família é a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros e nela são tomadas uma série de decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde, consumo em geral e, sobretudo, em relação à participação na atividade econômica de seus membros, a qual define a principal fonte de renda para a grande maioria das famílias.

Outrossim, as possibilidades dos seus membros, principalmente os femininos, contribuir para a renda da família são diferentes. Essa contribuição depende, de um lado, da estruturação da vida das famílias e das obrigações e responsabilidades nos afazeres

domésticos de seus diversos membros, bem como da existência de serviços públicos que permitam liberar a mulher dos afazeres domésticos e do cuidado dos membros da família (Leone; Maia; Baltar, 2010).

Assim, modelos familiares que detêm a mulher como principal provedor de renda podem passar por dificuldades financeiras, principalmente se o mercado de trabalho impõe dificuldades na aplicação do trabalho feminino, como à seletividade, discriminação por sexo e trabalho remunerado de forma desigual.

Ademais, a estrutura de trabalho da maioria dos brasileiros é irregular no quesito salário, pois há uma superexploração do trabalhador se comparado ao quanto esta pessoa ganha, o que configura uma dificuldade para manter as dívidas pagas, se mantendo no estado de inadimplente e afetando o fundo de consumo do trabalhador. De acordo com Luce (2013), a forma mais evidente desse ataque é a contratação do(a) trabalhador(a) abaixo do valor da força de trabalho, via de regra, denomina-se por “arrocho salarial”. Ao comparar o salário-mínimo nacional com o valor necessário para que uma família trabalhadora sobreviva, a pesquisa revela que, ao longo da história, a força de trabalho no Brasil tem sido remunerada abaixo de seu valor. Em 2023, por exemplo, enquanto o salário mínimo nacional é de R\$1.320,00, o salário mínimo necessário é R\$ 6.528,93, evidenciando a necessidade de remuneração quase cinco vezes maior (Ferreira, 2023).

2.2 A dicotomia evidenciada na situação de equilíbrio financeiro e endividamento

Inicialmente, a maior parte dos brasileiros que buscam o controle financeiro, não antecederam tal busca diante do endividamento, então este mecanismo surge como uma resposta à sua crise. Lynch (2011) explica que as decisões dos consumidores sobre suas finanças se relacionam com aspectos como: padrões de gastos e de alocação de recursos para compras simples ou complexas; comportamentos de uso de crédito, endividamento e pagamento de dívidas e comportamentos relacionados à poupança e investimentos. Desequilíbrios entre a geração de renda e os gastos em determinado período prejudicam a economia, além de saldos para investimentos.

É relevante que a busca pelo controle financeiro deve ser uma atitude incentivada não só nos adultos, como também em crianças e adolescentes que serão os futuros trabalhadores. Clark *et al.* (2006) afirmam que os indivíduos estão cada dia mais comprometidos por suas próprias aposentadorias e rendas. Para que este feito ocorra de forma correta, é preciso um certo nível de conhecimento financeiro. Portanto, ensinar quanto antes seus filhos, melhor será para eles no futuro. Dessa forma, é essencial para o crescimento e estruturação da casa uma boa educação financeira. Um dos maiores motivos de discussões em uma família é exatamente sobre a situação financeira da casa.

De acordo com Veiga *et al.* (2019), em termos sociais, investigar os antecedentes e consequentes da Gestão Pessoal Financeira (GFP) é importante porque a competência nessa área pode reduzir os efeitos negativos da falta de dinheiro. Ademais, o conhecimento das características do comportamento financeiro de um indivíduo pode auxiliar no desenvolvimento de programas de educação financeira voltados para aumentar a qualidade de vida da população. Por exemplo, tal conhecimento pode embasar programas que busquem auxiliar no uso sensato de crédito, gerenciamento de fluxo de caixa e comportamentos de poupança para melhorar a GFP, diminuindo problemas financeiros e o estresse decorrente. O

conhecimento das dimensões do comportamento de GFP pode também ser útil para instituições financeiras, provendo informações para a segmentação dos consumidores, conforme seu perfil e padrão comportamental (Veiga *et al.*, 2019).

No que se trata do âmbito empresarial, a pesquisa pelo conhecimento acerca do controle financeiro deixa de depender exclusivamente do estado, pois diversas iniciativas são realizadas a fim de obter uma melhoria frente às atualizações tecnológicas. Felisbino (2021, p. 6), descreve que: o interesse das empresas privadas pela educação financeira tem crescido, refletido em maiores investimentos no tema. A Federação Brasileira de Dados (FEBRABAN), por exemplo, disponibiliza o portal 'Meu Bolso em Dia', com conteúdos voltados à gestão financeira pessoal.

Na mesma linha de pensamento, Felisbino (2021, p. 6) ainda afirma que o portal utilizado pela FEBRABAN ajuda a informar sobre modalidades de crédito, investimentos, títulos do tesouro, câmbio, operações bancárias cotidianas, como cheques, cartões de débito e de crédito, taxas bancárias, transferências, conta salário e contas estudantis, dentre vários outros temas relacionados ao mercado financeiro.

O equilíbrio financeiro pode-se configurar um desafio se visto do âmbito estadual, já que as políticas públicas ainda são insuficientes para a conscientização da população e, se vistas em comparação com outros países, é basicamente inexistente. No mundo, segundo Holzmann e Miralles (2005), há uma incipiência de conhecimento sobre o tema, a mídia é a maior envolvida no processo de capacitação financeira, e tanto os indivíduos quanto as instituições enfrentam dificuldades para se inserir na educação financeira. Já no Brasil, não foram encontrados trabalhos que consolidam as informações sobre educação financeira e mesmo tendo ações sobre o tema a partir de alguns órgãos, tais ações são insuficientes para atender a demanda por esses conhecimentos (Savoia; Saíto; Santana, 2007).

2.3 O impacto da contabilidade no sistema financeiro a nível Brasil

A contabilidade, como sendo uma das maiores provedoras de conhecimento para o controle financeiro, serve como uma ferramenta poderosa para o combate ao endividamento, porém, não se deve analisar a contabilidade como um desafio em suas teorias e práticas mais complexas, mas sim nas categorias mais básicas como entrada e saída, pagamentos e dívidas, pelo menos para administração de finanças de pessoas individuais e pequenas famílias.

Segundo Lopes e Moura (2021), diante das dificuldades financeiras, as famílias, principalmente àquelas que ganham até um salário mínimo ou residem em locais onde o custo de vida é alto, devem, indubitavelmente, manter o equilíbrio de suas finanças. Definir metas e um rigoroso planejamento é fundamental. Em 1494, Frei Luca Pacioli já definia a contabilidade como difusão de conceitos básicos e que são os pilares da contabilidade enquanto ciência, servindo como instrumento mais eficaz contra o endividamento. Em outras palavras, aplicando o básico dos conceitos fundamentais da contabilidade, os entes também irão alcançar bons resultados. Para Iudicibus (1995, p. 21):

A contabilidade, na qualidade de metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não-lucrativas, empresa, ou mesmo

pessoa de Direito Público, tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer, muito amplo.

No entanto, mesmo em conceitos básicos da contabilidade, a maioria das pessoas não possuem ou buscam tal conhecimento dentro do meio individual ou familiar, sendo tais conceitos mais difundidos no meio empresarial. Dessa maneira, a busca pelo conhecimento na contabilidade deve ser buscada, tanto por instituições que já possuem alguns conhecimentos, quanto por aqueles que desconhecem e querem melhorar o seu controle financeiro. A Contabilidade é um sistema de registro de movimentos financeiros que permite a produção de demonstrativos que fornecem uma visão clara da situação patrimonial de uma pessoa ou instituição (Pires, 2006, p. 47).

Ainda pode ser possível analisar mudanças significativas no controle financeiro, por isso, o entendimento da contabilidade é necessário para diversas entidades/pessoas, independente de possuir ou não uma natureza empresarial. De acordo Lopes e Moura (2021), é possível ver o quanto um entendimento básico sobre algumas ferramentas da contabilidade como: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) são de fácil implementação na vida cotidiana. Tendo em vista que essas operações registram aquisições de bens e direitos, as obrigações e todas as transações financeiras e econômicas de uma pessoa, assim, é possível controlar todos os fatos ocorridos e prospectando novas possibilidades de economia extra de recursos e futuros investimentos (Lopes; Moura, 2021)

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é baseada em uma revisão bibliográfica, dessa forma, os dados trabalhados ao longo do estudo foram analisados levando em consideração o aspecto analítico e o aspecto descritivo. Os dados foram coletados em sites de grande nome no meio desconhecimento científico, como: ResearchGate, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Dessa forma, todo conhecimento produzido foi baseado em análises de artigos científicos, dissertações e teses, dando prioridade aos documentos mais recentes e que continham ligação direta com o tema em questão.

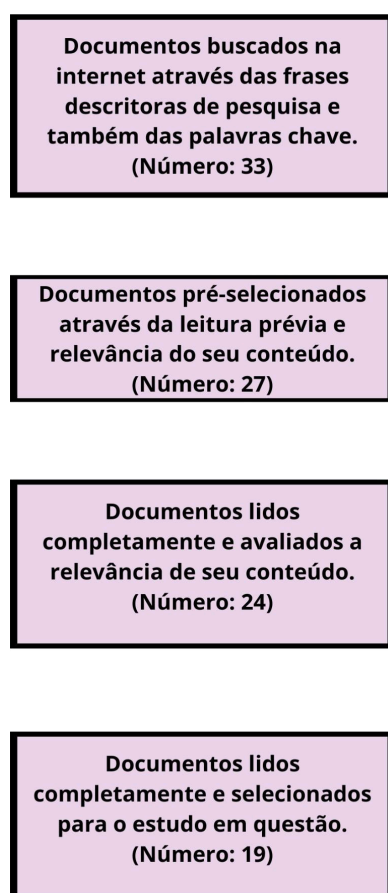
Para realizar a seleção dos documentos, foram direcionados os meses de abril à setembro de 2024 no intuito de buscar e filtrar conteúdos que tivessem relação direta com os descritores das palavras-chaves a seguir: “endividamento brasileiro”, “gestão e controle financeiro” e, por fim, “impacto da contabilidade no financeiro”.

Diante uma vasta literatura de conteúdos relacionados à educação financeira, bem como aos aspectos de controle financeiro e endividamento, seja em diversas línguas até em diversos anos, foi dado prioridade aos que tivessem primeiramente em Português, não estivessem desatualizados, contendo data de publicação relevante ao menos acima de 2000. Isso porque muitos documentos trabalhados contêm conceitos da contabilidade, sendo necessário analisar estudos com tempo de publicação além dos últimos 5 anos, por fim, artigos contendo ligação as palavras-chaves e trazendo exposições sobre os descritores de frases citadas acima, oferecendo peso maior aos que trouxessem informação rica e mais

relevantes ao tema.

Portanto, deve-se destacar que o processo de pesquisa dos dados é um importante aliado para produção de um artigo robusto de informação, faz-se necessário destacar o fluxo de atividades realizadas para a obtenção dos documentos selecionados. Assim, fica exposta na Figura 1, todas etapas de seleção dos conteúdos, bem como a descrição do número de documentos avaliados.

Figura 1 - Processo de seleção dos artigos

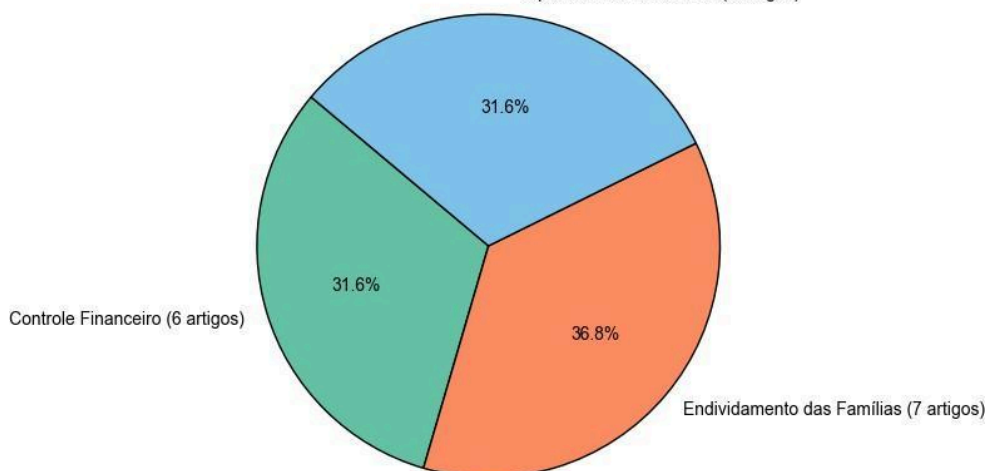


Fonte: Elaborado pelo autores (2024)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados analisados, foi realizada uma categorização dos dados, para que se tivesse maior clareza dos tópicos trabalhados, tipo de conteúdo e como esses documentos foram utilizados durante o trabalho.

Gráfico 1 – Distribuição quantitativa dos artigos por categoria.
Impacto da Contabilidade (6 artigos)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

O Gráfico 1 mostra o comparativo entre as categorias utilizadas durante a revisão bibliográfica (controle financeiro, endividamento das famílias e impacto da contabilidade) e o quantitativo de artigos por categoria. Diante o tema “Controle financeiro”, foram analisados 6 artigos que abordam práticas e metodologias para melhorar a gestão financeira pessoal e familiar. No tópico “endividamento das famílias”, foram utilizados 7 artigos que discutem as causas, consequências e dinâmicas associadas ao aumento das dívidas familiares. Por fim, o tema “impacto da contabilidade” possui 6 estudos que investigam como a contabilidade pode contribuir para um controle financeiro mais eficiente e reduzir o endividamento.

Com essas informações, pode-se agrupar os tópicos em quadros a partir de sua categoria, levando em conta a autoria, revista e ano de publicação dos 19 artigos acadêmicos utilizados na construção deste estudo. Dessa maneira, serão fornecidos maiores detalhes acerca de cada tópico, explicando que dados foram extraídos a partir de cada categoria.

Quadro 1 – Artigos selecionados para embasamento teórico sobre controle financeiro.

Nº	Autoria	Título	Revista
CONTROLE FINANCEIRO			
01	Cheng; Mendes (1989)	A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa.	Caderno de Estudos.
02	Savoia; Saito; Santana (2007)	Paradigmas da educação financeira no Brasil.	Revista de Administração Pública.
03	Veiga; Moura; Higuchi (2019)	Validação de Escalas para Investigar a Gestão Financeira Pessoal.	Revista Brasileira de Gestão de Negócios.
04	Cunha (2020)	O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil.	Educação & Sociedade.
05	Felisbino (2021)	A importância da educação financeira no Brasil.	Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

06	Vieira; Matheus; Rosenblum (2023).	Preparação financeira para aposentadoria : análise multidimensional da percepção dos brasileiros.	Revista Contabilidade & Finanças.
----	------------------------------------	---	-----------------------------------

Fonte: Elaboração Própria (2024)

A análise das publicações revela que na categoria “controle financeiro”, os artigos discutem a gestão financeira tanto no contexto empresarial quanto no pessoal. Destacam-se os artigos mais recentes, como o de Cunha (2020), publicado na Revista Educação & Sociedade, que trata da educação financeira como política pública, e o de Vieira *et al.* (2023), publicado na Revista Contabilidade & Finanças, que aborda a preparação financeira para aposentadoria. Outros artigos da categoria, como o de Cheng e Mendes (1989) e de Savoia, Saito e Santana (2007), tratam de temas relacionados à gestão financeira empresarial e à educação financeira no Brasil, respectivamente.

No âmbito da gestão financeira pessoal, destaca-se a importância do planejamento financeiro para reduzir o estresse e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. A má administração dos recursos financeiros, frequentemente associada à impulsividade nas compras, ressalta a necessidade de educação financeira para promover comportamentos responsáveis, como a poupança e o controle de dívidas. Por outro lado, a gestão financeira empresarial enfatiza o papel de um sistema de informações eficaz para monitorar fluxos de caixa e mensurar resultados. Nesse contexto, os gestores são avaliados com base em suas responsabilidades financeiras específicas, incluindo o controle de custos e a análise de oportunidades, enquanto as áreas de compras, vendas e tesouraria são integradas ao processo de controle financeiro.

Além disso, os paradigmas da educação financeira no Brasil reforçam a necessidade de criar uma cultura de poupança e planejamento financeiro, especialmente em função da redução do papel paternalista do Estado. A implementação de programas de capacitação financeira busca capacitar indivíduos a tomarem decisões mais conscientes sobre crédito, investimentos e consumo, promovendo maior estabilidade financeira. Tanto o setor público quanto o privado têm papel fundamental na promoção da educação financeira, com esforços que devem ser iniciados desde a formação escolar. Assim, o controle financeiro emerge como uma ferramenta essencial para assegurar não apenas o equilíbrio das finanças, mas também a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade econômica em diferentes contextos.

Quadro 2 – Artigos selecionados para embasamento teórico sobre o endividamento das famílias.

Nº	Autoria	Título	Revista
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS			
07	Leone; Maia; Baltar (2010)	Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.	Economia e Sociedade.
08	Rosa (2016)	As famílias na abordagem minskyana: aspectos e desdobramentos do endividamento das famílias americanas no século XX e início do XXI.	Revista de Economia Política.
09	Ribeiro (2016)	O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório.	Serviço Social & Sociedade.
10	Soares Neto; Pinheiro; Ferraz (2021)	Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social.	Sociologias.
11	Vaz; Hoffmann	Evolução do padrão de consumo das famílias	Economia e Sociedade.

	(2021)	brasileiras entre 2008 e 2017.	
12	Ferreira (2023).	Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho.	Serviço Social & Sociedade
13	Pontes; Peñaoza (2023).	Alfabetização econômica e endividamento: quando os hábitos superam o conhecimento.	Revista Econômica do Nordeste.

Fonte: Elaboração Própria (2024)

Em relação à categoria “Endividamento das famílias”, a maioria das publicações se concentra nos últimos anos, com destaque para os artigos de Ferreira (2023) e Pontes e Penãoza (2023), que abordam o endividamento das famílias brasileiras no contexto de crises econômicas e financeirização. Outros artigos mais antigos, como os de Ribeiro (2016) e Rosa (2016), publicados nas Revistas Serviço Social & Sociedade e Economia Política, respectivamente, discutem o endividamento a partir de uma perspectiva sociológica e histórica. Os estudos mais recentes, como Soares Neto *et al.* (2021); e Vaz e Hoffmann (2021) analisam o impacto das mudanças no padrão de consumo das famílias e a relação entre educação financeira e endividamento.

O endividamento das famílias brasileiras é uma questão complexa e multifacetada, que reflete tanto as transformações globais da economia quanto às especificidades da estrutura socioeconômica do país. A expansão do crédito nas últimas décadas, intensificada pela financeirização do capital, colocou grande parte da classe trabalhadora em uma relação de dependência com o sistema financeiro. Produtos como cartões de crédito, financiamentos habitacionais e empréstimos consignados passaram a ser amplamente disponibilizados, inclusive para segmentos que tradicionalmente não tinham acesso a esses instrumentos. No entanto, o aumento da oferta de crédito não veio acompanhado de um fortalecimento da renda ou de condições econômicas que garantam segurança financeira para os trabalhadores.

A financeirização é apresentada como uma forma de inclusão, mas, na prática, funciona como um mecanismo de controle e exploração. Ao vincular o consumo ao endividamento, ela transforma necessidades básicas em fontes de lucro para o sistema financeiro. O discurso da “educação financeira”, amplamente promovido, mascara as desigualdades estruturais ao atribuir ao consumidor a responsabilidade pela inadimplência, desviando o foco das altas taxas de juros e da precarização da renda que são características do sistema econômico brasileiro.

Essa dinâmica se agrava no contexto brasileiro devido à superexploração da força de trabalho, conceito que destaca como os trabalhadores, ao serem remunerados abaixo do necessário para a sua reprodução, acabam recorrendo ao crédito para suprir necessidades básicas. Assim, uma parte significativa de seus salários é comprometida com o pagamento de dívidas, perpetuando um ciclo de expropriação econômica. O endividamento, nesse sentido, não é apenas uma consequência da falta de planejamento financeiro, mas uma manifestação da precariedade estrutural do trabalho e da renda no país.

Quadro 3 – Artigos selecionados para embasamento teórico sobre o impacto da contabilidade.

Nº	Autoria	Título	Revista
IMPACTO DA CONTABILIDADE			
14	Faria; Carvalho (2020)	Contabilidade Pessoal: Um estudo de caso acerca da contribuição da Contabilidade nas finanças de	Revista Controladoriae Gestão.

		um indivíduo.	
15	Silva <i>et al.</i> (2020)	A contabilidade como ferramenta de auxílio às Finanças pessoais: perspectiva dos discentes de Ciências contábeis.	Revista Gestão e Organizações.
16	Souto (2020)	A contabilidade como ferramenta de gestão de finanças pessoais.	Revista Científica BSSP.
17	Lopes; Moura (2021)	Controle financeiro familiar: um olhar sob a perspectiva da contabilidade.	Universidade Federal de Alagoas.
18	Souza; Ferreira (2021)	A contabilidade e seu uso no planejamento das finanças pessoais: estudo de caso com alunos do UNIPAM.	Revista do Fórum Gerencial.
19	Silva (2022)	A contabilidade e o gerenciamento das finanças pessoais.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.

Fonte: Elaboração Própria (2024)

No que concerne à categoria “Impacto da Contabilidade”, a maior parte dos artigos foi publicada entre 2019 e 2022. Artigos como Faria e Carvalho (2020), publicado na Revista Controladoria e Gestão, e Silva *et al.* (2020), publicado na Revista Gestão e Organizações, discutem o papel da contabilidade no planejamento financeiro pessoal. Outros artigos, como os de Lopes e Moura (2021) e Souto (2020), abordam o impacto da contabilidade na gestão financeira familiar, enquanto Silva (2022) explora o gerenciamento das finanças pessoais.

A contabilidade emerge como uma ferramenta essencial para mitigar o descontrole financeiro, tanto em empresas quanto em famílias. No âmbito empresarial, a tempestividade das informações contábeis é vital para decisões estratégicas, especialmente em empresas familiares. Estudos indicam que a gestão familiar pode influenciar positivamente a qualidade das informações financeiras ao reduzir assimetrias informacionais. Contudo, há desafios relacionados à menor tempestividade em horizontes de longo prazo, o que pode impactar negativamente a reação do mercado e a captação de recursos a custos competitivos.

Esse cenário reflete a necessidade de práticas contábeis robustas para alinhar interesses e melhorar a transparência nos relatórios financeiros já no contexto familiar, a educação financeira e a contabilidade básica desempenham um papel crucial na prevenção do endividamento e na promoção da estabilidade financeira. Ferramentas simples, como o fluxo de caixa e o balanço patrimonial, podem auxiliar na gestão de receitas e despesas, possibilitando um planejamento mais eficiente. A falta de conhecimento contábil é um dos principais fatores que levam ao descontrole financeiro, especialmente em ambiente de custos elevados e alta dependência de crédito. Incorporar conceitos básicos de contabilidade ao cotidiano das famílias pode transformar o modo como administram seus recursos, criando hábitos mais conscientes e sustentáveis.

Portanto, a contabilidade, seja em sua aplicação corporativa ou pessoal, revela-se como um instrumento de organização e tomada de decisão que, se bem utilizada, tem o potencial de minimizar o descontrole financeiro, promover estabilidade e gerar benefícios econômicos e sociais no longo prazo.

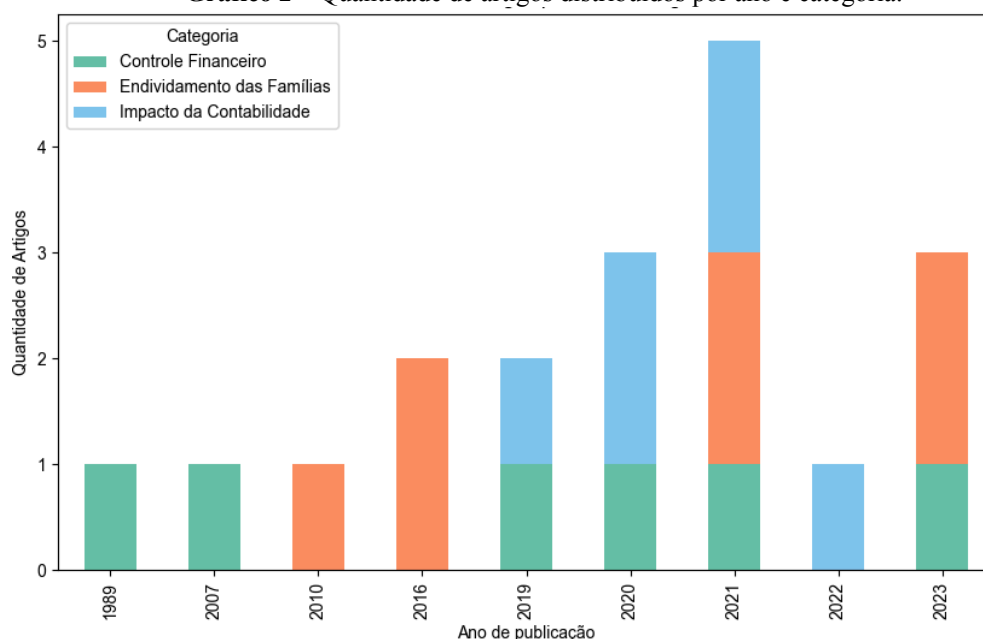
Entretanto, o Estado como principal provedor de políticas voltadas à população, deve proporcionar mais ações com maior impacto e constância para que, dessa forma, possa mudar a consciência e o modo de agir de boa parte da sociedade. A educação financeira se apresenta

e pretende como uma ação perene, constante, uma política de Estado, segundo os termos oficiais. Se alguns conteúdos são retirados da pauta escolar, há que se atentar para os que são acrescidos a ela. Colocando-se como solução a problemas identificados em leituras especializadas da realidade, a educação financeira acaba por definir os termos pelos quais os próprios problemas são formulados e compreendidos (Cunha, 2020).

Assim, torna-se necessário o conhecimento de controle financeiro, que são conceitos básicos da contabilidade, sendo ela uma provedora de soluções, encarece a sociedade para além das iniciativas. O conhecimento e aplicação da contabilidade são necessários em todos os âmbitos, pois mesmo conhecendo alguns conceitos, podem haver indivíduos necessitados de um aparato maior de mecanismos financeiros, independente de renda e escolaridade, existem casos de endividamento e inadimplência que só um profissional capacitado pode solucionar. Por este motivo que a contabilidade tem a capacidade instrumental para resolver problemas e produzir informações úteis para tomada de decisões (Lopes; Moura, 2021).

Por fim, para ter maior visibilidade do período que foram publicados os artigos e seus respectivos temas, foi realizada a construção do gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Quantidade de artigos distribuídos por ano e categoria.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

De acordo com o Gráfico 2 é possível verificar o quantitativo dos artigos avaliando as categorias e ano de publicação, no qual pode-se observar que a maioria dos artigos das três categorias, totalizando 14, foi publicada nos últimos cinco anos (2019-2023). Esse fato destaca a atualidade dos estudos, pode-se inferir que os temas abordados estão em alta ou têm relevância crescente. Assim sendo, essa concentração de publicações recentes nas três categorias reflete a crescente relevância desses temas, que estão diretamente ligados às mudanças econômicas e sociais recentes. O aumento das discussões sobre educação financeira, o endividamento das famílias e a aplicação da contabilidade para a gestão de

finanças pessoais mostram a necessidade de adaptação das pesquisas acadêmicas às novas demandas e desafios da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a importância da contabilidade como ferramenta de controle financeiro, para tanto, estabelece que a noção de gestão financeira pessoal e empresarial pode ser aprimorada para mitigar os impactos com a redução do endividamento familiar e pessoal. Após a realização da pesquisa, foi possível responder ao problema proposto, demonstrando que o endividamento não é causado apenas pela falta de controle financeiro individual, mas também por uma série de fatores externos, como a oferta fácil de crédito, a mudança nos padrões de consumo e um mercado que não recompensa proporcionalmente o trabalho. Esses elementos tornam ainda mais desafiador para muitas famílias a manutenção da estabilidade financeira, evidenciando a necessidade de maior conscientização sobre os riscos do endividamento e da gestão financeira.

De acordo com a análise dos artigos foi possível verificar uma concentração de publicações recentes (2019-2023), com ênfase na educação financeira e na gestão de recursos pessoais, onde pôde ser observada uma tendência que reflete a crescente relevância dos temas no cenário atual.

Foi possível também concluir que, apesar da necessidade urgente de uma gestão financeira mais eficaz, existem barreiras significativas, como a falta de políticas públicas adequadas e de iniciativas educativas que visem a disseminação de técnicas de controle financeiro. O estudo destacou que, além das questões financeiras pessoais e empresariais, a educação financeira poderia ser implementada de forma mais ampla, atingindo diversas fases da vida, desde a educação básica até o ambiente de trabalho. A capacitação nesse sentido é essencial para capacitar os indivíduos a tomarem decisões financeiras mais informadas e responsáveis.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a contabilidade, como uma ferramenta básica e acessível, pode ser aplicada no cotidiano de qualquer pessoa, independente da classe ou dos bens. Desde o simples controle de um fluxo de caixa até o planejamento de dívidas e gastos futuros, esses conhecimentos podem ser adquiridos e aplicados por qualquer pessoa, independentemente da classe social ou do nível de renda. A implementação de tais práticas pode contribuir significativamente para a melhoria da gestão financeira individual, ajudando a evitar o endividamento e promovendo maior estabilidade econômica.

REFERÊNCIAS

CHENG, Angela; MENDES, Márcia. A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa. **Caderno de Estudos**, n. 01, São Paulo, 1989.

CLARK, R. L.; d'AMBROSIO, M. B.; McDERMED, A. A.; SAWANT, K. Retirement plans and saving decisions: the role of information and education. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 5, n. 1, 2006, p. 45–67. Doi:10.1017/S1474747205002271

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira



como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e218463, 2020.

FARIA, Juliano Almeida de; CARVALHO, Neivson Miranda. Contabilidade pessoal: um estudo de caso acerca da contribuição da contabilidade nas finanças de um indivíduo. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 1, n. 1, p. 16-35, jan./jun. 2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. FEBRABAN. **Bancarização e Inclusão Financeira no Brasil**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/>. Acesso em: 18 de jun. 2024.

FELISBINO, David. **A importância da educação financeira no Brasil**. Goiânia, 2021.

FERREIRA, Camila Caroline de. O Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. e6628338, 2023.

FURLAN, Mariana. **Endividamento das famílias é de quase 80%**. Serasa Limpa Nome, Publicado em: 23 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>. Acesso em: 20 de jun. 2024

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond. **The World Bank**, Oct. 2005. Disponível em: http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715. Acesso em: setembro 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *et al.* **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; *et al.* **Contabilidade Introdutória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, p. 59-77, 2010.

LOPES, Maria; MOURA, Thayna. **Controle financeiro familiar: um olhar sob a perspectiva da contabilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 169-190, 2013.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais: fundamentos e dicas**. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2006.

PONTES, Matheus Dantas Madeira; PEÑALOZA, Verónica. Alfabetização econômica e endividamento: quando hábitos superam o conhecimento. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, n. 3, p. 8-31, 2023.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, p. 340-359, 2016.

ROSA, Everton ST. As famílias na abordagem Minskyana: aspectos e desdobramentos do endividamento das famílias americanas no século XX e início do XXI. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, p. 130-149, 2016.

SARAIVA, K. S.. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, n. 66, p. 157-173, out. 2017.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, Patrícia Cardoso Carvalho da. A Contabilidade e o Gerenciamento das Finanças Pessoais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 12, p. 23-30, 2022.

SILVA, Paulo Ricardo Azevedo; NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares do; MIRANDA, Mariza Camila de; MELO, Geíson Calyo Varela de; SILVA, Sérgio Luiz Pedrosa. A contabilidade como ferramenta de auxílio às finanças pessoais: perspectiva dos discentes de ciências contábeis. **Revista Gestão e Organizações**, v. 5, n. 2, p. 89-114, jan./jun. 2020.

SOARES NETO, Horígenes Fontes; PINHEIRO, Lessi Inês Farias; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 356-384, 2021.

SOUTO, Dayse Oliveira. A contabilidade como ferramenta de gestão de finanças pessoais. **Revista Científica BSSP**, v. 1, n. 2, p. 1-26, 2021.

SOUZA, Amália Ferreira; FERREIRA, Jarim Marciano. A contabilidade e seu uso no planejamento das finanças pessoais: estudo de caso com alunos do UNIPAM. **Revista do Fórum Gerencial**, v. 1, n. 3, p. 10-22, 2021.

VAZ, Daniela Verzola; HOFFMANN, Rodolfo. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 163-186, 2021.

VEIGA, R. T.; AVELAR, C.; MOURA, L. R. C.; HIGUCHI, A. K. Validação de escalas para investigar a gestão financeira pessoal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 21, n. 2, p. 332-348, 2019.



VIEIRA, K. M.; MATHEIS, T. K.; ROSENBLUM, T. O. A.. Financial preparation for retirement: multidimensional analysis of the perception of Brazilians. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 34, n. 91, p. e1705, 2023.

ZABAI, A. Deuda de los hogares: evolución reciente y retos. **Informe Trimestral del BPI**, dezembro de 2017. Disponível em: http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1712f_es.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.